



**CONSELHO DA
UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 27 de Abril de 2004 (17.05)
(OR. en/hu)**

8929/04

**COPEN 52
EJN 23
EUROJUST 29**

NOTA

de:	György Gátos, Conselheiro para a Justiça, Representação Permanente da Hungria junto da UE
data:	26 de Abril de 2004
para:	Hans G. Nilsson, Chefe de Divisão, DG H III, Secretariado-Geral do Conselho
Assunto:	Decisão-quadro do Conselho relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros – Notificações da Hungria

Notificações

Em 23 de Dezembro de 2003, o Parlamento da República da Hungria adoptou a Lei CXXX de 2003, cujos Capítulos I e II e Anexos 1 e 2 dizem respeito à cooperação com os Estados-Membros da União Europeia em matéria penal e transpõem para o direito interno a Decisão-Quadro relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros (2002/584/JAI). Em conformidade com o n.º 2 do artigo 34.º da Decisão-Quadro, junto enviamos o texto da legislação húngara que entrará em vigor em 1 de Maio de 2004.

Em 26 de Abril de 2004, a República da Hungria enviou as seguintes notificações ao Conselho em conformidade com a Decisão-Quadro de 13 de Junho de 2002 relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros e com a Lei CXXX de 2003 relativa à cooperação com a União Europeia em matéria penal:

Em conformidade com o n.º 3 do artigo 6.º da Decisão-Quadro

Para efeitos de procedimento penal, a autoridade judiciária de emissão é o tribunal com competência e jurisdição nessa matéria. Para efeitos de execução de uma pena ou medida de segurança privativas de liberdade, o juiz responsável pelas questões penitenciárias tem competência e jurisdição para emitir um mandado de detenção europeu.

A autoridade judiciária de execução é o Tribunal Metropolitano, que tem competência e jurisdição exclusivas nessa matéria.

Em conformidade com o n.º 2 do artigo 7.º da Decisão-Quadro

A autoridade central da República da Hungria é o Ministério da Justiça, que está encarregado da transmissão e da recepção administrativas de mandados de detenção europeus bem como de qualquer outra correspondência oficial que lhes diga respeito.

Contacto:

Igazságügyi Minisztérium (Ministério da Justiça)

Nemzetközi Büntetőjogi Főosztály (Departamento da Legislação Penal Internacional)

1363 Budapest, Postafiók 54.

Tel.: + 36 1 441 3110, + 36 1 441 3111

Fax: + 36 1 441 3112

correio electrónico: nemzb@im.hu

Em conformidade com o n.º 2 do artigo 8.º da Decisão-Quadro

A República da Hungria aceita o mandado de detenção europeu redigido em húngaro ou uma tradução do mesmo para húngaro.

Em relação aos Estados-Membros que não aceitam exclusivamente o mandado europeu de detenção na sua língua oficial ou numa das suas línguas oficiais ou acompanhado de uma tradução para uma dessas línguas, a República da Hungria aceita o mandado de detenção europeu em inglês, francês e alemão ou acompanhado de uma tradução para uma destas línguas.

Em conformidade com o n.º 2 do artigo 25.º da Decisão-Quadro

A autoridade central da República da Hungria responsável pela recepção dos pedidos de trânsito, bem como de qualquer outra correspondência oficial que lhes diga respeito, é o Ministério da Justiça.
